

WILSON MARTINS: O PAPEL DA INTELLIGENTZIA E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Névio de Campos – Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil)

O objetivo deste artigo é discutir que papel Wilson Martins¹ atribuía à **intelligentzia** e à universidade em seu discurso promovido em meados do século XX. A intervenção ocorreu em sua aula inaugural proferida em 01 de março de 1951, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, pelo professor Wilson Martins, intitulada **A revolta contra a inteligência e a missão da universidade** na qual afirmava a orientação que a Universidade do Paraná deveria seguir. Naquele momento, esta universidade fazia um ano que tinha sido federalizada. Neste sentido, o projeto paranaense participou do movimento pela federalização das universidades brasileiras organizado por grande parte da intelectualidade brasileira e pelas lideranças políticas. A rigor, no final dos anos de 1940, a afirmação do Estado como ente educador estava impactando grande parte da intelectualidade brasileira. Nos anos de 1930, o Estado centralizou a discussão sobre o ensino nos diferentes graus, embora tenha estabelecido o direito de constituição de faculdades particulares. Se no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX houve combate ao ensino oficial, no governo Vargas existiu uma espécie de conformação dos diferentes grupos nos projetos educativos propostos pelo Estado, pois participavam das instituições estatais a fim de contribuir com o governo, bem como legitimarem os seus projetos formativos. Segundo Mônica Pimenta Velloso, “é a partir da década de 1930 que eles [intelectuais] passam sistematicamente a direcionar sua atenção para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da idéia de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a idéia de ordem, organização, unidade” (VELLOSO, 2003, p. 148).

A Universidade do Paraná foi estabelecida em 1946 com a aglutinação das Faculdades de Medicina, de Direito e de Engenharia, fundadas em 1912 e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1938. Para os grupos que coordenaram o movimento de 1946, houve a restauração da Universidade do Paraná, pois de acordo com a representação estabelecida nos anos de 1910, aquelas faculdades constituíram a universidade deste Estado. Esta representação foi mantida em 1946 e compõe a memória

¹ Wilson Martins era professor da cadeira de Língua e Literatura Francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná.

institucional, atualmente, da Universidade Federal do Paraná, uma vez que em 2002 foram comemorados os seus noventa anos. Em 1950, houve a sua federalização.

A constituição da Universidade do Paraná deu-se pela agregação das quatro faculdades existentes em Curitiba, em 1946. Neste sentido, a aglutinação não representou o estabelecimento de uma visão unitária de ensino superior, tal qual foi pensada na Universidade de São Paulo, em 1934, pois esta, ao menos foi idealizada por parte do grupo, nos termos que se aproximavam das proposições do projeto humboldtiano. No entanto, segundo Maria de Fátima de Paula, “houve grande resistência das faculdades profissionais ao caráter propriamente universitário da FFCL proposto pelos fundadores, de integração dos cursos voltados principalmente para a pesquisa, dispersos pelas várias escolas antigas (integração esta que se daria na FFCL, quer através da criação de Departamentos, quer através da fundação de Institutos)” (PAULA, 2002, p. 39). Esta resistência implicou em disputas acirradas nos diferentes órgãos diretivos da USP, como por exemplo, nas Congregações, na Reitoria e no Conselho Nacional de Educação. Conforme a autora, “as escolas profissionalizantes não aceitavam a centralização das matérias básicas, alicerce das especializações profissionais e técnicas, na FFCL, com o objetivo de desenvolver o verdadeiro espírito universitário e de se evitar a duplicação de recursos para os mesmos fins” (Ibid, p. 40). Ocorreu, de acordo com Paula, que “as lutas no interior do Conselho Universitário duraram alguns anos, sendo a FFCL derrotada, na medida em que cada escola ou faculdade acabou se responsabilizando pelas matérias básicas de seus cursos” (Ibid, p. 40).

Este cenário que existiu na USP expressava as disputas existentes em diferentes instituições de ensino superior do Brasil. No Paraná, nos anos de 1910 o modelo napoleônico, como expressão das escolas profissionalizantes, sustentava as faculdades de medicina, engenharia e direito. No entanto, o grupo envolvido naquele movimento postulava a liberdade de ensino, ou seja, a livre iniciativa para a criação de faculdades particulares, reservando ao Estado o papel de fiscalizador. Nos anos de 1930, o grupo católico se mostrava organizado, pois no final da década de 1920 criou o Círculo de Estudos Bandeirantes, no qual aglutinou as principais lideranças intelectuais e políticas deste Estado com o fim de estudar, divulgar e lutar pelos princípios da filosofia católica. Em 1938, os católicos coordenaram a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, donde organizaram a sua intervenção cultural e a luta pela inserção do projeto católico no ensino superior paranaense. Em meados dos anos de 1940, houve uma acomodação dos interesses dos diferentes grupos envolvidos nas instituições de ensino

superior, pois naquele momento foi estabelecida a Universidade do Paraná. Ora, aquele evento reuniu dois grupos distintos, o de 1912, ligado às escolas profissionalizantes e o de 1938, atrelado ao projeto católico. Desde então, estes grupos disputavam espaços com o objetivo de instituir na UP seus modos de pensar. Os católicos afirmavam-se como portadores do espírito universitário como expressão da universalidade do conhecimento, sustentando a sua condição para tal empreendimento, pois controlavam a Faculdade de Filosofia, que no entendimento deles, simbolizava a própria universidade.

Este artigo precisa discutir em que lugar estava instituído o discurso de Wilson Martins. Por um lado, a aula inaugural de Wilson Martins enunciava a posição de parte da intelectualidade paranaense que objetivava estabelecer o que denominavam espírito universitário. A rigor, ele falava do interior da FFCL, portanto, da mesma instituição de onde interveio Liguarú Espírito Santo, um defensor da doutrina católica. Por outro, a sua intervenção não expressava os fundamentos da filosofia católica. Mas, então, com que movimento intelectual/filosófico Wilson Martins estava dialogando? Ou melhor, com que projeto universitário estabelecia interlocução? No nosso entendimento, com o modelo alemão, pois o seu interlocutor era Ortega y Gasset, filósofo espanhol que ao discutir a situação da universidade espanhola dialogava com o projeto universitário humboldtiano. Nestes termos, a defesa do espírito universitário estabelecida por Wilson Martins pode ser interpretada no bojo do projeto universitário alemão.

Wilson Martins sustentava que a nova universidade seria a responsável pela formação da elite intelectual promotora da modernização da sociedade brasileira. Ademais, reclamava da revolta existente contra a inteligência, assim como contra a própria universidade. Afirmava ele: “se me pedissem para definir este momento da vida brasileira, eu não hesitaria, conhecendo, embora, o perigo de tais apanhados resumidores, em dizer que ele se caracteriza, antes de mais nada, pela revolta contra a inteligência” (ANUÁRIO DA UP, 1951, p. 67). Esta revolta asseverava o autor, “se manifesta em todos os setores da vida social, que atinge a nossa organização política e os padrões normais de pensamento do homem médio, que devasta a imprensa e deteriora o código de honra coletivo e que põe em sério perigo a própria razão de existir da Universidade” (Ibid, p. 67). Existia, no entendimento do autor, uma desvalorização do pensamento, da inteligência. Não obstante, era necessário que as vozes defensoras do pensamento insurgissem em defesa da inteligência. Afirmava que “é indispensável, porém, que nós outros, a quem parece ter cabido por uma inquietante escolha do destino a missão de ser os últimos defensores da inteligência, de ser aquela voz solitária que clama no deserto”

(Ibid, p. 68). Enfaticamente, conclamava – “é preciso que nós outros, professores e alunos da Universidade, meditemos sobre os aspectos desse mal que nos corrói, na pesquisa ansiosa de um remédio que talvez não exista” (Ibid, p. 68). Este estado tomou conta da vida pública. Segundo Martins, “a inteligência nada mais tinha a fazer na vida pública, e, mesmo, constituía o mais sério de todos os motivos de suspeição” (Ibid, p. 71). Para o autor, este estado de desprezo pela inteligência seria superado à medida que o ensino superior consolidasse o seu espírito universitário.

Para este intelectual paranaense, “a Universidade é a cúpula do nosso sistema de ensino e que devemos impregná-la do **espírito universitário**, isto é, do gosto pelos estudos sérios e desinteressados e que a escola superior deve ser um centro de atração de vocações definidas” (Ibid, p. 73, grifo no original). Além do mais, Martins condenava “o bacharelismo como deformação grotesca da nossa formação intelectual, e a tendência brasileira a produzir em quantidades industriais os mais medíocres doutores” (Ibid, p. 72). Ele não estava privilegiando a formação técnica em detrimento da formação humanista. Ao contrário, enfatizava que os estudos desinteressados não deveriam ser feitos por indivíduos atrelados à educação aplicada. Este autor se apropriou das palavras do ministro da Educação para afirmar: “aos que não possuem a vocação universitária, a vocação dos estudos sérios e desinteressados [...] que se dedicassem a outros estudos, que fossem, como tantos outros, eficientes cooperadores de nosso desenvolvimento econômico, para o que um dos pontos do seu programa será então, o da disseminação das escolas profissionais” (Ibid, p. 72).

A universidade deveria organizar os conhecimentos necessários à aplicação, mas deveria estabelecer como sua missão principal a formação humanista. Essa argumentação não se trata de uma hierarquia valorativa do conhecimento, mas de uma hierarquia lógica, pois ele não pensava “que o ‘Discurso do método’ fosse mais importante que uma ponte sobre o rio Iguaçu, mesmo porque Descartes não nos oferece nessa pequena obra insignificante nenhum outro meio de atravessar os cursos d’água” (Ibid, p. 73). No entanto, afirmava: “acredito que se pode perfeitamente admitir a coexistência pacífica dos filósofos e dos engenheiros, dos bacharéis e dos agricultores, dos pintores de paredes e dos pintores de quadros” (Ibid, p. 73). Para o autor, “a Universidade tem sido o maior obstáculo, o mais formidável obstáculo oposto a essa avançada tremenda contra a inteligência [...]. É nos seus corredores obscuros e nos seus laboratórios quase sempre mal instalados, é nas suas salas de aula cada vez mais vazias e cada vez menos atentas, que a inteligência encontrou o último refúgio” (Ibid, p. 73). O autor estava afirmando que ao

mesmo tempo em que houve expansão do ensino superior, existiu uma redução de estudantes que se ocupavam dos estudos desinteressados. Este intelectual estava estabelecendo uma crítica ao modelo universitário que postulava a formação estritamente profissionalizante. No entanto, discorria Martins, “mas um núcleo pequeno e extremamente pertinaz sempre ficou, e os velhos professores não chegavam a compreender como ainda havia alguns moços que desejavam munir-se desses valores de ‘elite’ proporcionados pela inteligência, quando o jornal da manhã acabara de assegurar que tais valores estavam destinados à destruição certa, e não mereciam, enquanto ela não chegava, senão o maior desprezo” (Ibid, p. 74). A universidade devia formar o técnico, bem como o filósofo e o cientista preocupados com o conhecimento desinteressado e, no dizer deste autor, era através da Faculdade de Filosofia que se alcançaria a missão da universidade.

Wilson Martins associava a Faculdade de Filosofia ao projeto da faculdade de cultura postulado por Ortega y Gasset.² A Faculdade de Filosofia “constitui o próprio núcleo de todo o ensino superior. Sua missão é mais alta de todas as missões universitárias: a de ensinar cultura. A Faculdade de Filosofia não se destina, à formação de profissionais: essa formação não é senão a menos importante de todas as suas funções” (Ibid, p. 78). Continuava Martins, “a sua missão específica, o seu destino mais amplo, é o de constituir uma assembléia onde se reúnam alguns poucos professores e alunos para os quais o verbo **conhecer** não tem complemento necessário: não estudamos literatura para ensinar literatura, mas apenas **para** conhecê-la; não estudamos química para montar fábricas de matérias plásticas, mas apenas para saber química” (Ibid, p. 78, grifo no original). A finalidade de “nossos estudos deve ser eminentemente gratuita, como é gratuita toda a ciência, como a cultura é, em si mesma, profundamente gratuita. **É um mal entendido muito propagado o de supor que a ciência deve servir para alguma coisa.** A ciência não serve para nada, como a arte também não serve para nada, a não ser para conhecer, no primeiro caso, e para satisfazer a uma aspiração estética, no segundo” (Ibid,

² Ortega y Gasset proferiu seis palestras à convite da Federação dos Estudantes Universitários, uma associação de estudantes da Universidade de Madri, em 1930. Elas foram organizadas e publicadas sob o título “Missão da Universidade”. O filósofo espanhol defendia como principal missão da universidade a formação de uma elite iluminada capaz de elevar e guiar os rumos da cultura. Isto não implica em negar outras funções para aquela instituição. A universidade deveria assumir várias funções, tais como: formação de profissionais, de pesquisadores, preparação para liderança política e, a formação básica de “cultura geral”. A base da formação visava preparar o estudante da maneira mais completa possível, isto é, formar uma pessoa culta, autônoma, que se media e se sobrepunha ao seu tempo podendo impulsionar criativamente o destino político do país. No entendimento de Ortega y Gasset, o ensino universitário deve estar integrado pela transmissão da cultura, pelo ensino das profissões e pela pesquisa científica e formação de novos homens de ciência” (ORTEGA Y GASSET, 1999, p. 70).

p. 78, grifo no original). Este intelectual expressava que “a ciência é gratuita, como a cultura é desinteressada, e a nossa principal missão sendo a de pesquisa cultural em suas formas mais altas e mais puras, resulta que a Faculdade de Filosofia, como eu dizia há pouco, em forma aparentemente paradoxal, não serve para nada, se a quisermos comparar com outras escolas das quais a principal função é a de formar profissionais” (Ibid, p. 80). Por outro lado, “o que tem utilidade prática, o que é suscetível de emprego concreto, são as técnicas, nascidas das ciências e das artes, e nelas fundadas [...]. Isso não quer dizer que a ciência não venha a ser útil à humanidade: mas é que quando essa utilidade se revela, já não se trata mais de ciência, mas da técnica dela derivada” (Ibid, p. 78-79). Para este autor, “a ciência é gratuita, como a cultura é desinteressada, e a nossa principal missão sendo a de pesquisa cultural em suas formas mais altas e mais puras, resulta que a Faculdade de Filosofia, como eu dizia há pouco, em forma aparentemente paradoxal, não serve para nada, se a quisermos comparar com outras escolas das quais a principal função é a de formar profissionais” (Ibid, p. 80). Esta concepção não foi debatida entre o grupo de 1912, pois naquele momento, a formação profissional foi a única missão atribuída à universidade. Em 1938 a FFCL foi criada, entretanto, ela não contemplava uma base formativa a todos os cursos existentes. Em meados dos anos de 1940, as faculdades se aglutinaram para formar a UP. Naquele momento, os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinham a disciplina Introdução Especial à Filosofia como expressão da formação básica. O processo de federalização deveria contribuir para a inserção de um programa básico que fundamentasse a formação dos estudantes universitários. A intervenção de Wilson Martins foi expressão desta pretensão ao dizer que a universidade tinha várias missões e, todas eram importantes, mas a formação cultural era fundamental. Ele afirmava que a sociedade precisava do médico, pois não era possível conceber uma organização social sem a presença daquele profissional; o sistema universitário devia estar imbuído da pesquisa, ou seja, da formação do cientista – um reduzido grupo, porque embora fossem atividades distintas, eram complementares; o médico não era um cientista, assim como o filósofo e o artista não eram profissionais técnicos, embora pudessem ser professores. No entanto, exercer a atividade docente era diferente de ser filósofo ou artista. A universidade visava à preparação de profissionais, de pesquisadores e à formação cultural.

Ortega y Gasset afirmava que a educação profissional e a preparação para a pesquisa somente seriam desenvolvidas por meio da formação do aluno na cultura geral e, esta formação consistia em passar uma visão completa das idéias da época e,

particularmente, do sistema vital que as integrava. Antes da preparação especializada, deveria ser dada a formação “generalista”, cujo espírito consistia no “espírito universitário”. O professor não deveria ser o filósofo, nem o cientista, pois eram atividades distintas, entretanto, o professor teria que compreender de maneira genérica como se estruturavam as ações do filósofo e do cientista. A Faculdade da Cultura, no pensamento do filósofo espanhol, seria o eixo central da universidade; já para este intelectual paranaense, “o culto desinteressado das ciências e das letras, sendo gratuito e não tendo em vista nenhum resultado imediato, a Faculdade de Filosofia, encarregada de difundi-lo dentro da Universidade, adquire, assim, a fisionomia típica do organismo universitário, a da escola que não aspira a nenhum grande triunfo na ordem material” (Ibid, p. 80). A Faculdade de Filosofia deveria exercer, para Wilson Martins, a unidade da UP, pois para ele a missão suprema da Faculdade de Filosofia “é a de difundir cultura, isto é, idéias claras e firmes sobre o universo, convicções positivas sobre o que são as coisas e o mundo. O conjunto dessas convicções é a cultura, no verdadeiro sentido da palavra; todo o contrário é, pois, ornamento. Cultura é o que se salva do naufrágio vital, o que permite ao homem viver sem que a sua vida seja uma tragédia sem sentido ou um envelhecimento radical” (Ibid, p. 82).³ Por que a Faculdade de Filosofia ocupava o lugar privilegiado no sistema universitário? Porque ela cumpria a missão elementar da universidade, qual seja, tornar o homem médio um homem culto, isto é, fornecer as condições para que compreendesse as idéias que circulavam no seu contexto; ela deveria educar a juventude sob a égide do que Ortega y Gasset chamava de grandes disciplinas culturais que consistiam na imagem física do mundo (física), nos temas fundamentais da vida orgânica (biologia), no processo histórico da espécie humana (história), na estrutura e funcionamento da vida social (sociologia) e no plano do universo (filosofia). Este amplo programa deveria constituir a base formativa dos universitários.

Para Martins a revolta contra a inteligência tratava-se de um golpe contra a universidade. Mas à universidade cabia formar uma verdadeira aristocracia, formando

³ Wilson Martins se apropriou do conceito de cultura de Ortega y Gasset. Para este autor, “cultura é o sistema de idéias vivas que cada época possui. Ou melhor, o sistema de idéias a partir das quais o tempo transcorre. Porque não há jeito nem evasão possível: o homem vive sempre a partir de algumas idéias determinadas, que constituem o chão onde apóia sua existência. Essas, que eu chamo de ‘idéias vivas ou de que se vive’, são, nem mais nem menos, o repertório de nossas efetivas convicções sobre o que é o mundo e o que são nossos semelhantes, sobre a hierarquia dos valores que as coisas e as ações têm: ora mais valiosas, ora menos” (ORTEGA Y GASSET, 1999, p. 98-99). Em sua aula inaugural, Martins se refere a Ortega y Gasset, particularmente ao que ele definia ser a missão da Faculdade de Cultura, em uma série de palestras realizada em 1930, na Universidade de Madri. Martins associava o papel da Faculdade de Cultura pensado por Ortega y Gasset à tarefa que atribuía à Faculdade de Filosofia.

“dentro dela uma ‘elite’, e é neles e só neles que se pode ser depositada a esperança dos homens” (Ibid, p. 81). Para ele, “a ‘elite’ não se estabelece, pois, por meio de processos acidentais de nascimento ou de fortuna, da mesma forma por que podemos dizer que não pertence à ‘elite’ quem quer: ela se forma, em cada grupo social, graças à distinção que se institui automática e invariavelmente entre os que trazem a marca misteriosa do destino e os outros” (Ibid, p. 82). Continuava o autor, “não é a condição social, nem a riqueza, que distingue a ‘elite’: todos sabem que nas mais altas classes da sociedade, como nas mais baixas, existem os tipos que realmente encarnam a aristocracia da espécie, ao lado dos que ao primeiro golpe de vista se denunciam como simples acidentes inexplicáveis e grotescos do seu próprio ambiente” (Ibid, p. 82).

Martins afirmava que não era um projeto fácil o que estava postulando e, “para cumpri-lo devemos antecipadamente nos resignar a muitos sacrifícios obscuros, a muitas incompreensões e a muitas injustiças. É preciso sobretudo nos acostumarmos a essa idéia aparentemente absurda de que a Faculdade de Filosofia não serve para nada, isto é, de que não devemos pedir-lhe que nos ofereça um meio seguro e infalível de ganhar a vida, de conquistar os bens deste mundo” (Ibid, p. 83). Nestes termos, asseverava Martins “a nossa atitude deve ser a da defesa da inteligência, a da vigilância permanente pela manutenção dos valores aristocráticos do espírito e a da perpétua vigília às portas da Universidade” (Ibid, p. 83-84). Por fim, concluía o autor, “se verdadeiramente o segredo da reforma universitária está em ‘descobrir o que verdadeiramente constitui a sua missão’, não devemos hesitar por um instante em dizer que essa missão é a da defesa da inteligência. Essa é a sua missão suprema, que engloba e suplanta todas as outras” (Ibid, p. 84).

Em termos conclusivos, podemos afirmar que para Martins, a FFCL deveria se ocupar desta missão, ou seja, ela não deveria ter como objetivo primacial a formação de professores, embora esta tarefa fosse importante, mas a iniciação dos jovens nos estudos desinteressados. O filósofo e o cientista buscavam o aprofundamento dos estudos desinteressados de suas respectivas áreas; o engenheiro, o advogado e o médico não deveriam ser transformados em cientistas ou filósofos, no entanto, tinham de receber formação mínima que os habilitasse a compreender as estruturas dos pensamentos filosófico e científico.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, N. de. **Laicato Católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938.** Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação – Setor de Educação) – UFPR.

_____. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950.** Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História e Historiografia da Educação – Setor de Educação) – UFPR.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2001.

MARTINS, W. **A revolta contra a inteligência e a missão da universidade.** In: Anuário da Universidade do Paraná. 1951, p. 67-84.

ORTEGA Y GASSET, J. **Missão da universidade.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

PAULA, M. de F. de. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária.** Florianópolis: Insular, 2002.

PILOTO, V. **Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização e vitórias.** Curitiba, 1976.

PUPPI, I. C. **Fatos e reminiscências da faculdade: retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba: Fundação da Universidade Federal do Paraná, 1986.

SILVA, H. R. da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org). **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas: Papyrus, 2002.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol.2.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do mate: história da UFPR.** Curitiba: APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná – 50 anos.** Curitiba: SBPH-PR, 1988.

_____. **Universidade Federal do Paraná.** Curitiba: SBPH-PR, 1987.